

O REGIONAL

ÓRGÃO DA EMPRESA DE PUBLICIDADE DE CATANDUVA LTDA.

FUNDADO EM 7.10.1971

MARINA F. C. GABAS

PRESIDENTE

© 2003- PROJETO GRAFICO EDITORIAL JOACS AI - DA RESERVADOS- WWW.JOACS.COM.BR
© 2003- PRODUÇÃO E INTEGRAÇÃO AUTOMATIZADA - WWW.AIGS.COM.BR

EDITORIAL

ESTAMOS DE OLHO

Foram várias reclamações sobre a UPA veiculadas pelo jornal, dando voz a munícipes que ligaram para a redação indignados com a situação e as filas. Também coletamos críticas de usuários que estiveram nas unidades de saúde e não concordaram com pacientes com sintomas respiratórios e o público que busca pela vacinação dividirem o mesmo espaço. Em outras áreas, recebemos e divulgamos reclamações sobre buracos, muito alto e falta de iluminação, muitas delas atendidas pelo poder público com agilidade. Isso tudo mostra que o cidadão está atento, de olho, e pronto para protestar aos quatro cantos sua insatisfação. Os manifestos dos moradores o Pedro Nechar são bons exemplos dessa iniciativa popular – apesar de o bairro continuar esquecido pelo poder público e sem a prometida rotatória. De qualquer forma, a participação da comunidade é essencial para a melhoria da cidade como um todo, seja através de conselhos municipais, consultas públicas e mesmo cobrando melhorias ou até sugerindo soluções. O próprio Plano Diretor, em plena discussão atualmente, leva o termo “Participativo” em seu nome, justamente porque parte-se do princípio que seus termos são elaborados conforme as demandas sociais e ao modo como a sociedade enxerga a cidade, e qual futuro deseja para ela. Sabemos que, na prática, não é bem assim que a coisa acontece e que certas audiências públicas são feitas apenas por mera formalidade, ainda que com casa cheia.

O REGIONAL

EMPRESA DE PUBLICIDADE CATANDUVA LTDA

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Rua Pará, 147 - CEP: 15.800-040 - Catanduva-SP

Fone : (17) 3531-1000

E_mail: oregional@oregional.com.br

cidadaes@oregional.com.br

AGÊNCIAS

O jornal publica textos da agência Folhapress (noticiário nacional), AP e Reuters (noticiário internacional)

OPINIÃO

Os artigos assinados representam a opinião dos autores. O ponto de vista do jornal é expresso em editoriais.

CLASSIFICADOS E ANÚNCIOS EM GERAL:

3531-1001

REDAÇÃO

Fone: 3531-1003

COMERCIAL

Fone: 3531-1009

CIRCULAÇÃO:

3531-1024/ 3531-1017

TELEMARKETING:

3531-1024/ 3531-1025/ 3531-1026

e 3531-1027

ONDE CIRCULA O REGIONAL:

Santa Adélia, Palmares Paulista, Pindorama, Tabapuá, Irapuá, Novo Horizonte, Elisiário, Ibirá, Catiguá, Novais, Embauba, Paraíso, Itajobi, Marapoama, Cajobi, Ariranha, Sales, Urupês, Pirangi e São José do Rio Preto.

Vendas avulsas:

Semana: R\$ 1,50

Domingo: R\$ 2,50

Assinaturas

Semestral R\$ 31220 à vista

R\$ 110,95 3 parcelas

Anual

R\$ 462,70 à vista

R\$ 164,03 3 parcelas

R\$ 130,05 4 parcelas

R\$ 91,60 6 parcelas



ARTIGO

Em outras palavras, são resultado da falta de planejamento urbano e de leis que deveriam ser implantadas e exigidas.

PARA ENCHENTE DE OMISSÃO, PLANEJAR, FISCALIZAR E GESTÃO É A SOLUÇÃO

No último dia 06 de janeiro a prefeitura de Catanduva realizou uma audiência pública para tratar sobre alterações ao Plano Diretor do município. A audiência esteve longe de ser tranquila e, desde logo, resultou em diversos questionamentos por cidadãos, instituições, pela mídia e, inclusive, representações ao Ministério Público.

De forma bastante resumida, o Plano Diretor é a lei que disciplina o parcelamento (como se dará a criação de novos terrenos individualizados) o uso (qual finalidade pode ser dada para imóveis já existentes ou construídos) e a ocupação do solo urbano (quais tipos de construções são permitidos para os terrenos em cada região do município – residencial, de serviços, comercial, industrial, etc.).

A grande importância desta lei está no fato de o município poder, através dela, disciplinar, por exemplo, qual a concentração viável de pessoas (sejam elas físicas ou jurídicas) nas mais diversas regiões do município. E esse regramento é extremamente relevante, pois para cada empresa e cada família estima-se um consumo de água, de energia, qual a quantidade será produzida de esgoto e de lixo, o tipo desses resíduos, etc. Também é através do planejamento técnico e sério que se deve determinar qual a largura e a espessura dos vias públicas nos diversos tipos de loteamentos (residenciais, comerciais, industriais, abertos, fechados, etc.), quantas linhas de ônibus serão necessárias (prevendo-se inclusive o possível impacto na política tarifária do transporte coletivo), se há necessidade de escola e posto de saúde e qual o tamanho, quantas salas, quantos professores, quantos médicos, etc. Enfim, o Plano Diretor deve ser o instrumento básico que possibilita o desenvolvimento sustentável de um município. Mas nem sempre é assim.

Desde dezembro estamos presenciando chuvas que estão

castigando mais de 10 estados brasileiros, principalmente Minas Gerais e Bahia. Com absoluta certeza podemos registrar que grande parte dessas ruas alagadas, casas desmoronando, pontes e tubulações destruídas, pessoas sem abrigo, água potável e comida são também o resultado da ocupação desordenada dos espaços urbanos e da “moneitização” de áreas periféricas a qualquer custo. Em outras palavras, são resultado da falta de planejamento urbano e de leis que deveriam ser implantadas e exigidas.

Quando se tem uma enchente, além do excesso de chuvas, outras causas (evitáveis) são identificadas. A impermeabilização excessiva do solo (com asfalto, cimento, concreto ou outros pisos) que traz conforto e comodidade, na maioria das vezes acabam não permitindo que a água infiltre na terra e, em consequência, formam-se as enxurradas e inundações. A falta de investimentos em tubulações corretamente dimensionadas para conduzir a água da chuva até um local apropriado (rio, córrego ou lagoa de contenção) também é uma causa bastante comum. Da mesma forma, quando um rio transborda, é comum identificarmos a falta de desobstrução (limpeza) do canal (dragagem) ou mesmo o dimensionamento impróprio da largura do canal para comportar a época das cheias. Em resumo, vê-se que, em qualquer caso, há (ou houve) omissão do poder público!

Para se evitar estas inundações, o poder público pode: 1) implantar mais galerias de águas pluviais que possam comportar a vazão de grandes chuvas e levar essas águas para locais apropriados como, por exemplo, rios ou bacias de contenção; e/ou 2) evitar que o solo naquela região da cidade seja mais impermeabilizado, ou seja, promover a implantação de áreas públicas permeáveis ou ainda exigindo que os moradores daquela região tenham parte de seus terrenos para

penetração da água das chuvas, a fim de evitar grandes enxurradas ou mesmo que sobrecarreguem as galerias (tubulações subterrâneas). E é nesses itens que tem grande importância o plano diretor do município e uma fiscalização municipal atuante!

Assim como os 10 estados atingidos pelas chuvas no Brasil, Catanduva, Rio Preto e toda nossa região deve aproveitar essas experiências ruins para, através de um planejamento adequado, regulamentar legislações e implantar políticas públicas que, por um lado minimizem problemas futuros e, por outro lado, incentivem investimentos e o desenvolvimento no presente. É de vital importância a produção de leis embasadas em trabalhos técnicos confiáveis, sendo esta uma responsabilidade compartilhada entre os poderes executivo e legislativo. Deve-se, nesse momento, distinguir a ânsia por ganhos financeiros imediatistas dos especuladores travestidos de “geradores de oportunidades e investimentos” daquelas verdadeiras ações que trazem o desenvolvimento de forma sustentável.

Ao mesmo tempo em que o especulador imobiliário se FARTA com dinheiro imediato do lucro com a venda de terrenos mal planejados e implantados sem qualquer infraestrutura, FALTA para o município verba para resolver enchentes, inundações, transporte coletivo, coleta de lixo, escolas, creches, médicos, professores, asfalto, abastecimento de água, problemas na rede de esgoto, remédios, merenda, lombadas, semáforos, segurança, cestas básicas, empregos, etc. etc. Gestores públicos, planejem-nos!

Fabio Rinaldi Manzano

Advogado, administrador público pela Unesp, mestre pela Universidade Católica Argentina e membro do Grupo de Excelência em Gestão Pública do Conselho Regional de Administração de São Paulo – GEGP-CRA/SP.



ARTIGO

E as mordomias continuam do poder e de políticos. As festas anuais ou municipais ainda continuam em nome do lucro do turismo.

A VOLTA DO QUE NÃO FOI

Volta a pandemia assassina em todo o Brasil após o Natal, festas de Ano Novo, após praias lotadas, reuniões enormes de família, após divertimentos com festa e sorrisos tanto no manejo de baralho, de dominó, de futebol, e muito mais. Existe o perigo em potencial por comportamento falso otimista diante do contexto nacional potencialmente mortal que está atacando doente crônico ou com comorbidades.

Agora discutem, (só os cruéis da nova ordem mundial da “municipal e da estadual”), se mantém ou não os desfiles desta festa perigosa de Carnaval, uma festa do vírus e de altos porres de bebidas e drogas...

Atualmente, soma-se aos incidentes de autoridades e privados para lotar campos de futebol com fanáticos e obses-

sivos por times que são cegos para o perigo de vida. Pessoas irracionais que acham que são invulneráveis que estão em uma hipnose universal longa.

Autoridades públicas e privadas, repito, são as mais culpadas por esta volta gradativa da assassina Covid-19 e agora da H2N3 (epidemia) porque confiam e confiam cegamente que “vacina protege 100% e não seriam contaminados”.

Se conformar com isto é não entender que está aí a porta de entrada da gravidade posterior de vida.

Toda esta lambança é entretanto incentivado por prefeitos e governadores, e até pelo ministério da saúde que estão hipnotizados pelo dinheiro e pelo poder.

Hospitais no país, e em SC, começam a ficar lotados com gente esperando para ser atendida por poucos médicos e

todos ‘acomodados’ nas calçadas, em bancos, ou em pé, entreverados desde a madrugada sombria que existe hoje. E as mordomias continuam do poder e de políticos. As festas anuais ou municipais ainda continuam em nome do lucro do turismo.

Vacinados e muitos, já estão indo para os hospitais e pronto socorros. A realidade é quem afirma porque as aglomerações continuam em cinemas, shoppings, fazendas, casas, bares, restaurantes...

Não é chato ou pessimismo dizer não chatos: vacinado ou não todos são vulneráveis e dizer que a vacina diminuiu o perigo é de uma insensatez digna de oscar da imbecilidade.

Dorvalino Furtado Filho
Médico veterinário e pós-graduado em Administração Pública e Sociedade.



ARTIGO

SANTAS CASAS COBRAM PROMESSA DE BOLSONARO

Em maio, diante da necessidade indiscutível, o governo federal se comprometeu a reparar – por meio de Medida Provisória (MP) – R\$ 2 bilhões para as Santas Casas e hospitais filantrópicos mitigarem o rombo financeiro provocado pela pandemia nos seus caixas prejudicados há anos pelo subfinanciamento. Infelizmente, até hoje, apesar dos insistentes apelos, os recursos não foram liberados e o setor se articulou para viabilizar o auxílio emergencial através de Projeto de Lei, já aprovado pelo Senado, mas não votado pela Câmara, apesar de constar em caráter de urgência na pauta prevista de várias sessões.

O fato é que os recursos não chegaram aos cofres dos hospitais em 2021 e, mais uma vez, Santas Casas e hospitais filantrópicos recorreram aos bancos para honrar os décimos terceiros salários.

Para a rede filantrópica, a Covid 19 – que mais uma vez se intensifica – representou uma tempestade perfeita. Multiplicou inesperadamente o prejuízo de um sistema de saúde em déficit permanente. Essa deficiência estrutural antiga, sem solução, já tornava a falência apenas questão de tempo. Agora, até o tempo, como o dinheiro, acabou. Enfrentar a pandemia causou uma explosão nos gastos, sobretudo com a aquisição de insumos que dobraram, triplicaram ou quadruplicaram de preço, com elevação de até 15 vezes na quantidade utilizada, como foi o caso do kit de intubação. Já a inflação dos equipamentos de proteção individual – EPIs – ultrapassou os 400%.

Neste momento, não há engenharia financeira possível para viabilizar os compromissos, a não ser contrair mais dívidas bancárias. As operações bancárias em créditos consignados já ultrapassam R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões movimentados nos últimos meses de 2021, em volumes recordes de operações realizadas. O buraco só cresce.

Enquanto o SUS recebe o merecido reconhecimento pelo desempenho durante a emergência, é oportuno lembrar o papel da rede filantrópica nessa estrutura. São quase 2 mil hospitais espalhados pelo Brasil e, em muitas cidades, representam a única alternativa de atendimento gratuito. Respondem por mais de 50% da assistência pública total no país e por mais de 70% dos serviços de alta complexidade, como tratamento de câncer e transplantes. São 127 mil leitos conveniados, com 24 mil deles de UTIs. Toda essa estrutura está em risco.

Especificamente na pandemia, a diária de uma UTI para o SUS, destinada à pacientes contaminados pelo vírus, em instituição filantrópica de grande porte custa R\$ 3.401, mas o hospital é remunerado com apenas R\$ 1.600. A rede filantrópica disponibilizou 10 mil leitos de UTI Covid para o SUS, que permaneceram 100% ocupados durante a maior parte do período pandêmico.

Há tempos, é urgente uma solução para o subfinanciamento da rede filantrópica conveniada ao SUS. A tabela SUS remunera apenas 60% do total dos gastos dos hospitais com o atendimento público.

O subfinanciamento levou o endividamento. Pela Constituição, é dever do Estado a saúde pública e nós estamos fazendo esse dever, bancando-a. Não queremos dinheiro público, queremos ser remunerados de forma justa pelo serviço prestado, para que possamos continuar a servir os brasileiros, sobretudo os mais necessitados. No entanto, com a falta de recursos, as instituições não conseguem renovar suas estruturas físicas e tecnológicas para melhorar a qualidade do atendimento e o pior, correm o risco de fecharem as portas, situação que já ocorreu com diversas entidades.

O setor filantrópico é a base de um sistema de saúde que é exemplo no mundo e luta diariamente para ser respeitado pelo governo, com remuneração justa, para que possa cumprir com a missão de servir ao SUS. É preciso, para hoje, uma reestruturação financeira que corrija o déficit histórico causado por uma tabela de procedimentos que não reflete a realidade. Mas, ainda antes disso, para ontem, é necessário que o governo cumpra o compromisso de reparar os R\$ 2 bilhões anunciados para cobrir parte do rompo que se impõe, garantindo que o dinheiro chegue realmente às instituições com base na real produção de cada uma. Encerramos o exercício de 2021 sem os recursos prometidos aos hospitais e as incertezas no setor são alarmantes.

A evolução da pandemia da Covid-19 e, principalmente, a realidade atual, com a perspectiva de continuidade da doença nos próximos meses, surto de Influenza e casos de Fluorona, fica coerente inferir que os impactos econômicos e financeiros produzidos em 2020 já não são comparáveis com o cenário de 2022, exigindo ações que possibilitem a continuidade dos atendimentos à população e a sobrevivência das instituições hospitalares, assim como do seu ecossistema, para continuar garantindo emprego, renda, prestação de serviços e notadamente o acesso dos brasileiros à assistência, através do SUS.

A responsabilidade do parlamento e do presidente Bolsonaro com as Santas Casas e hospitais filantrópicos muda de patamar e esperamos, ao menos, iniciar 2022 com boas notícias e a concretização da promessa assumida, ou teremos um cenário ainda mais imprevisível.

Mirocles Vêras

Presidente da CMB - Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.
Artigo publicado no jornal O ESTADO DE S. PAULO.